

DAS UTOPIAS COMUNITÁRIAS À MODERNIZAÇÃO DO ESTADO: O PLANEJAMENTO REGIONAL EM SÃO PAULO E NO PARANÁ, BRASIL, A PARTIR DA ATUAÇÃO DA SAGMACS (1950-1960)

Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Universidade Estadual de Maringá
fabiolacordovil@gmail.com

Lucas Ricardo Cestaro
Universidade Metodista de Piracicaba
lucas_cestaro@uol.com.br

Das utopias comunitárias à modernização do Estado: o planejamento regional em São Paulo e no Paraná, Brasil, a partir da atuação da SAGMACS, 1950-1960 (Resumo)

No contexto do pós-guerra instituições europeias e norte americanas intentaram inserir e difundir suas ideias junto aos países do terceiro mundo. No Brasil, durante os anos de 1950 e 1960, destacamos a atuação do religioso dominicano Louis-Joseph Lebret, fundador do *Centre d'Économie et Humanisme* na França, em 1941, e da SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, no Brasil, em 1947. A equipe de Lebret trabalhou no Brasil até a primeira metade da década de 1960, incrementando o quadro do urbanismo e do planejamento regional, com trabalhos que visavam a modernização do Estado e o desenvolvimento econômico voltado à melhoria da qualidade de vida do homem. Analisamos os trabalhos desenvolvidos pela SAGMACS para os governos dos estados de São Paulo e do Paraná que vislumbraram, por meio das ideias das utopias comunitárias, diretrizes para o desenvolvimento econômico e harmônico e para a modernização da estrutura administrativa.

Palavras-Chave: utopias comunitárias, Louis-Joseph Lebret, desenvolvimento harmônico, planejamento regional.

From community utopias to modernization of the State: regional planning in São Paulo and Paraná, Brazil, based on SAGMACS' practice, 1950-1960 (Abstract)

In the context the post-war Europeans and North Americans institutions sought to enter and spread their ideas along to third world countries. In the Brazil, during the years 1950 and 1960, we highlight the performance of the Dominican religious Frenchman Louis-Joseph Lebret, who in 1941 founded the *Centre d'Économie et Humanism*, in France and the SAGMACS – Society for Graphic and Mecnographic Analysis applied

to the Social Complex, founded in Brazil in 1947. The Lebret's group worked in Brazil until the first half of the 1960s, increasing the urban planning framework and regional planning, with work aimed at the modernization of the state and economic development aimed at improving the quality of human life. We analyzed the work of the SAGMACS to the governments of the states of São Paulo and Paraná, which saw through the ideas of community utopias in guidelines for economic and harmonious development and modernization of the administrative structure.

Key-Words: community utopias, Louis-Joseph Lebret, harmonic development, regional planning.

O tema das Utopias Comunitárias foi abordado a partir do trabalho realizado pelo religioso dominicano francês Louis-Joseph Lebret que, em 1941, fundou o *Centre d'Économie et Humanisme*, com sede em Marseille na França. Deste grupo resultou a criação de outros organismos que atuaram no contexto do pós-guerra. Entre eles, destacamos a SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, fundada no Brasil em junho de 1947, que trabalhou no país até a primeira metade da década de 1960, incrementando o quadro do urbanismo e do planejamento regional, além de ter contribuído com trabalhos que visavam a modernização do Estado e o desenvolvimento econômico voltado à melhoria da qualidade de vida do homem.

Assim, para remeter às Utopias Comunitárias, que pautaram trabalhos realizados pelo grupo de Lebret no Brasil, retornamos ao início de sua atuação nos anos 1930, na França, e sua aproximação com o Regime de Vichy, que coincidiu com a criação do *Économie et Humanisme*, até o seu rompimento com Pétain. Esta introdução ao ideário de Lebret e das concepções das utopias comunitárias, que resultaram na criação do *Économie et Humanisme*, é tratada no primeiro tópico deste trabalho, no qual também os estudamos no contexto do pós-guerra, verificando as diretrizes políticas e econômicas introduzidas pela França, que permitiram que alguns dos organismos vinculados a Lebret ganhassem espaço para operarem junto ao Ministério da Reconstrução e Urbanismo. Discutimos, também, a ascensão do interesse dos países de economia central pelo terceiro mundismo, visto como uma fronteira para expansão do domínio cultural, econômico e político, tanto pelos norte americanos quanto pelos europeus, entre os quais os franceses, a fim de contextualizar a chegada de Lebret ao Brasil e a difusão de suas ideias neste país.

Para tanto, na sequência, tratamos do planejamento regional no Brasil durante os anos de 1950, quando a SAGMACS, juntamente com demais órgãos de assistência técnica, deram suporte a ações junto aos municípios, estados e órgãos públicos vinculados ao governo federal, visando aprimorar o quadro do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil.

Por fim, abordamos a fundação da SAGMACS como um núcleo brasileiro vinculado ao *Économie et Humanisme* francês e o seu papel junto ao campo do planejamento regional nos estados de São Paulo e do Paraná, onde a equipe de Lebret tentou aplicar diretrizes para o desenvolvimento econômico e harmônico, tendo como referência as utopias comunitárias.

A ascensão das utopias comunitárias e o pós-guerra na Europa

A década de 1940 foi marcada pelo fim da Segunda Guerra Mundial, após a ascensão e queda do nazismo de Hitler e do fascismo de Mussolini. Os países europeus dividiram-se entre os que apoiavam os regimes totalitários de Hitler e de Mussolini e os países do Eixo que se opunham a estes líderes. Os países do Eixo eram liderados pelo Reino Unido e, com o avanço da guerra, contaram com o apoio dos norte americanos e soviéticos. Já a França, em 1939, foi rendida por Hitler e aliou-se aos nazistas, destituindo a Terceira República, cuja Constituição vigorava desde 1875. Este período, que teve duração de quatro anos, é conhecido pela história política da França como Regime de Vichy¹ (1940-1944).

No mesmo período da ascensão da Quarta República francesa, foi fundado por intelectuais e empresários ligados a igreja católica o *Centre d'Économie et Humanisme*², instituição que trazia o espírito dos anos 1930 e que visava a transformação da sociedade superando as mazelas sociais impostas pela economia capitalista e derrotando os ideais socialistas, sobretudo o conceito marxista de “luta de classes”. O *Économie et Humanisme* propunha, assim, a reforma das instituições do Estado e a organização do movimento operário em torno de melhores condições de trabalho, valorização das profissões e aumento dos salários, pregando uma economia que colocasse o homem como elemento central para o desenvolvimento e não o lucro em detrimento das forças de trabalho.

Entre os fundadores do *Économie et Humanisme* destacamos o dominicano Louis-Joseph Lebet³, que formulou juntamente com Henri Desrochés e Thomas Suavet as linhas mestras e as diretrizes para o funcionamento do grupo. O destaque a Lebet se dá desde sua ordenação sacerdotal, em 1929, quando o dominicano se engajou num trabalho de pesquisa sobre as condições de vida dos pescadores da Bretanha, ampliando seu leque de conhecimento e informação sobre o mundo civil e leigo, período em que,

¹ O Regime de Vichy foi instaurado em julho de 1940 pelo marechal Philippe Petain, saudado como herói da Primeira Guerra Mundial, responsável por apresentar o Acordo de Rendição aos alemães. O ideal humanista e liberal francês da “liberdade, fraternidade e igualdade” foi substituído por “trabalho, família e pátria”.

² No momento de fundação, o *Centre d'Économie et Humanisme* contava com a participação de religiosos, cristãos leigos, intelectuais e empresários. Entre os intelectuais destacamos o economista François Perroux, Rene Moureaux, Raymond Delprat, Jean-Marie Gatheron; e os empresários Gustave Thibon e Alexandre Dubois. A ata de fundação apresenta o nome de mais de cinquenta participantes.

³ Louis-Joseph Lebet foi um frei francês da Ordem dos Dominicanos, que nos anos 1940 fundou o *Centre d'Économie et Humanisme* na França, que abriu campo para atuação em outros lugares do mundo, sobretudo em países subdesenvolvidos. Na sua trajetória profissional destaca-se sua participação em consultorias através do Mundo, o trabalho como um dos seis especialistas da ONU sobre os níveis de vida em 1953 e obras escritas sobre vários temas como Métodos de Análise, Espiritualidade, Sociologia e Problemas Econômicos. Antes de ingressar na Ordem dos Dominicanos, formou-se bacharel em Matemática e depois ingressou na Marinha Francesa, que possibilitou a ele conhecer uma realidade diferente da qual viviam os pescadores de Saint-Malo (Bretanha), percebendo assim a existência da desigualdade de condições entre os homens. Após sua ordenação sacerdotal, Lebet retorna à Bretanha e, preocupado com a perda de fiéis pela igreja católica, se engaja num trabalho junto aos pescadores para estudar as condições de trabalho e melhorias para a ampliação das vendas no mercado de pescados, o que o aproxima da leitura sobre as obras de Marx.

segundo Pelletier⁴, tem início o trabalho junto às utopias comunitárias, visando transformar as condições de trabalho no setor pesqueiro francês.

A aproximação de Lebret com os pescadores da Bretanha permitiu ao dominicano a passagem de uma ação espiritual para a temporal, convivendo diretamente com os problemas encontrados naquela comunidade. À medida em que ele conhecia tais problemas, aproximava-se das ideias do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, para quem havia uma oposição entre sociedade e comunidade. Para Tönnies a comunidade seria o cerne tanto dos problemas quanto de possíveis soluções.

Lebret percebe entre os pescadores bretões a descrença na religião e o afastamento dos fiéis da igreja católica, o que o leva a empenhar-se em conhecer as causas deste problema, colocando-se dentro do meio social dos pescadores de Saint-Malo. Os resultados obtidos levaram o dominicano a ampliar sua linha de atuação, ambicionando por uma transformação da economia de forma a colocar o homem no centro do desenvolvimento econômico, político e social.

Assim, Lebret propunha maior ação da igreja católica frente aos entraves do desenvolvimento econômico da França e nos demais países europeus. Em novembro de 1930, Lebret ajudou na realização de um primeiro congresso social bretão, que reuniu cerca de 300 pessoas, todas ligadas às atividades marítimas, para pesquisar de maneira minuciosa as causas da queda dos lucros dos pescadores da Bretanha. Em 1931, no Congresso Internacional do Apostolado da Oração, Lebret expôs os resultados desta pesquisa, abordando aspectos da situação material, moral e espiritual das áreas marítimas francesas. A descrição de Lebret sobre o problema foi feita com a apresentação de dados estatísticos, números das importações e preços praticados pelos produtos importados e pelo pescado nacional. Assim, Lebret relata a crise econômica que se agravava entre os moradores da região costeira. Em 1933, Lebret conseguiu chegar a uma resposta, a de que a falta de energia havia levado os pescadores a esta situação desesperadora. E então eles formaram uma associação cooperativa, que uniu os sindicatos cristãos, sindicatos neutros e sindicatos comunistas. Segundo Alfredo Bosi⁵, “o Movimento de Saint-Malo adotou a estratégia de alianças com as associações de pescadores espalhadas pelos portos do Atlântico e da Mancha” e disso resultou a formação da Associação Marítima Cristã, que visava também o reconhecimento da profissão de pescador pelo governo francês.

Em 1938, engajado nos estudos das teorias marxistas, Lebret aprimorou a ideia de fundar o *Centre d'Économie et Humanisme*, que seria um organismo autônomo em relação à igreja católica e que tentaria conciliar as teorias de interpretação da realidade social com uma base de desenvolvimento econômico, além de colocar o homem como principal elemento das transformações da sociedade, apontando para uma economia das necessidades.

Porém, no início da década de 1940, quando Lebret funda o *Économie et Humanisme* na França, o mundo vivia um período tumultuado em termos de disseminação de ideias e ideologias, sobretudo pelo já comentado avanço do nazismo e do fascismo. A “alternativa oposta, seguida pela União Soviética sob o regime estalinista e em processo

⁴ Pelletier, 1996.

⁵ Bosi, 2010, p. 261.

de expansão para a Ásia e a Europa do Leste, era temida pelos que idealizavam uma terceira via, ou seja, os socialistas democráticos ou cristãos de esquerda”⁶.

Em paralelo ao campo ideológico, o capitalismo atuava pela manutenção da guerra que permitia o desenvolvimento industrial em países periféricos à Europa, como o Brasil e demais países sul americanos, africanos e asiáticos. Desta forma, é possível perceber já no início dos anos 1940, período que antecede os anos finais da Segunda Guerra, a existência de grupos e organismos que se debruçavam a estudar e elaborar planos para a reconstrução, sobretudo da Europa no contexto do pós-guerra, que será iniciado a partir de 1945.

Podemos, assim, inserir o *Centre d'Économie et Humanisme* junto a estes organismos voltados a pensar a reconstrução no pós-guerra. Porém, destacamos que, como sua fundação se deu em 1941, houve um período inicial em que a equipe de Le Bret esteve próxima do regime de Vichy. Segundo Pelletier,

“Através do encontro entre utopia e práticas, por isso mesmo convergentes com o regime de Vichy que se aproximava aqui, mas também esta matriz comunitária que fornece o princípio ao movimento do compromisso com a cidade e imprime a sua marca, pelo menos, até os primeiros anos da Quarta República. Enraizada no espírito dos anos trinta, a utopia comunitária parecia de fato desempenhar a situação política e sobreviver ao choque da libertação para aparecer, em seguida, como a fundação de uma reconquista cristã das sociedades modernas”⁷.

Assim, foi durante o regime de Vichy que o dominicano conseguiu força para emplacar a regulamentação da profissão dos pescadores franceses, fato que vinha apoiando desde os anos 1930, em 13 de maio de 1941, a promulgação da lei. Além desta conquista, Le Bret também fez parte da *École des Cadres d'Uriage*, instituição criada em 1940 pelo governo francês, com o intuito de formar intelectualmente uma elite dentro de um quadro de dirigentes no governo de revolução nacional⁸.

Cabe ainda destaque ao economista François Perroux, atuante do *Économie et Humanisme*, que, no final dos anos 1940, atualizou a ideia de utopias comunitárias para o conceito de desenvolvimento harmônico. O economista possuía vínculo com o regime de Vichy. Pois, além de sua carreira como professor da Faculdade de Direito de Paris, era conselheiro técnico do Ministério das Finanças, e também atuou como secretário geral da Fundação Francesa para os estudos dos problemas humanos, em 1942, e membro da Comissão de Constituição organizada pelo Conselho Nacional de Vichy. Perroux trabalhou com as ideias de Tönnies e, em 1941, lançou a coleção dos *Cahiers d'études communautaires* analisando a comunidade e desenvolvendo uma teoria sobre esta.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ocorreu uma melhor delimitação dos campos ideológicos e políticos e abriu-se espaço para oposições entre as frentes que haviam derrotado as forças nazistas de Hitler, impondo-se as hegemonias políticas,

⁶ Bosi, 2010, p. 263.

⁷ Pelletier, 1996, p. 55 (Livre tradução dos autores).

⁸ A *École des cadres d'Uriage* foi uma instituição francesa criada sob o regime de Vichy em 1940. Funcionou somente até 1942, com o intuito de formar intelectualmente uma elite dentro de um quadro de revolução nacional. Atuando em Uriage, Le Bret aproximou-se do sociólogo francês Chombart De Lauwe e, em 1941, propôs um projeto para introduzir o estudo sobre a cidade, intitulado “La Cité: Projet d'un programme d'enquête et d'un programme d'action”.

sociais e econômicas, separadas pela defesa do capitalismo pelos norte-americanos, de um lado, e pelo avanço do socialismo com os soviéticos, de outro.

Neste cenário de competição pelo pensamento hegemônico e domínio da economia pelas potências mundiais emergentes da Segunda Guerra, o conceito da luta de classes é rejeitada por Le Bret, que dizia que esta divisão não contribuía com uma cultura de paz e harmonia entre os homens, uma vez que visava à aniquilação da classe dominante em detrimento de mais liberdade para a classe trabalhadora, que passaria a administrar o processo histórico. Assim, o *Économie et Humanisme* adotou, ao invés de luta de classes, o discurso da dinâmica do bem comum, à luz do que nos anos 1930 foi chamado por Le Bret de utopias comunitárias e que mais tarde foi atualizada para desenvolvimento harmônico.

Desta forma, o grupo de *Économie et Humanisme*, foi concebido como um organismo crítico do liberalismo econômico, passando a pregar maior regulação pelo Estado, afirmando que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, e que mais importante do que crescer economicamente a qualquer custo era desenvolver a sociedade, perpassando para além da economia, como as questões sociais através do desenvolvimento de programas e ações para a saúde, a educação e a cultura, “a partir de um cruzamento entre a ética tomista do bem comum e a reconstituição crítico-estrutural que Marx fizera do sistema capitalista”⁹.

Segundo Puel,

“A economia humana não é nem pelo marxismo nem contra o marxismo ou além do marxismo. Ela é baseada na realidade econômica que Marx, de todos os economistas, foi quem melhor definiu em todas as suas dimensões e aplicou dentro desta realidade um método original: o levantamento socioeconômico envolvendo as partes interessadas em seus processos em questão, ou seja, na coleta de dados, análise de estruturas, a descoberta de meios de se transformar uma situação desumana em uma situação humana”¹⁰.

Assim, o conceito das utopias comunitárias e do desenvolvimento harmônico, desenvolvidos pelo economista François Perroux, discutidos no *Économie et Humanisme*, significavam inserir a economia como um procedimento de análise científica e técnica para entender a ordem humana em suas disputas entre as necessidades dos indivíduos e dos grupos, a fim de alcançar a compatibilização entre a economia e o desenvolvimento humano e social. Para tanto, trabalhar com e na realidade das comunidades locais era fundamental para se alcançar tais objetivos. Temos, então, uma percepção da definição de um trabalho e de uma ação que seria desenvolvida a partir de escalões de análise, no qual seriam divididos numa primeira escala doméstica – a família, passando para o grupo comunitário – ampliando-se o núcleo doméstico e relacionando a uma escala de comunidade ou de bairro, chegando a complexidade de se estudar a escala da cidade e da região¹¹.

⁹ Bosi, 2010, p. 264.

¹⁰ Puel, 2004, p. 72 (livre tradução dos autores).

¹¹ Sobre a definição dos escalões de análise presentes na formulação das diretrizes do *Économie et Humanisme*, é possível verificar em Le Bret ressonâncias e aproximações com o urbanista francês Gaston Bardet que visava estabelecer um método para o planejamento nacional, mas partindo de uma pesquisa sobre a escala mais próxima dos habitantes da cidade, ou seja, as que seriam chamadas pelo urbanista de “patriarcal (que teria de cinco a quinze famílias, resultando cerca de 100 pessoas), doméstico (de

A organização da metodologia de trabalho do *Économie et Humanisme* foi desenvolvida em meio a teorias econômicas, anseios e expectativas, sob a concepção de Lebreton, que contou com o apoio de Désroches, Suavet e André Lauthere, os quais participaram de discussões sobre a ordem comunitária e os escalões de análise, apontando a família como um primeiro grupo comunitário dentro destes escalões de pesquisa empírica, e também que a análise deveria ser feita de baixo para cima, entre os mais próximos, ou seja, a partir da célula doméstica e ampliando-se para a comunidade. O método introduzido por Lebreton no *Économie et Humanisme* teve como norma o empirismo, trabalho interpretado como pouco científico pelos intelectuais franceses das áreas de filosofia e sociologia. Mas, para Pelletier, Lebreton opôs-se à maneira tradicional de fazer análises econômicas e sociais, sendo que, “este método, hipotético-dedutivo, envolvia abstrair a complexidade de uma série de fenômenos econômicos reais, e aplicar um raciocínio econômico lógico de suposições restritivas anteriores”¹².

Desta forma, contrariando a tendência dos economistas tradicionais, Lebreton buscou, por meio do *Économie et Humanisme*, uma maneira de analisar a realidade social, de forma a deduzi-la e explicá-la concretamente, diferenciando o *homo aeconomicus* dos valores econômicos, abrindo espaço para uma economia das necessidades humanas e criando uma hierarquia destas necessidades, dentro de uma ideia de utopias comunitárias, de forma que a teoria econômica e a participação na decisão política seriam colocadas a serviço do bem coletivo.

O Pós-Guerra e o Terceiro Mundismo como fronteira de expansão

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo viveu um período de ascensão de uma nova configuração geopolítica e econômica, dividindo os países em categorias de primeiro, segundo e terceiro mundo¹³. Nos anos 1950 os países de Terceiro Mundo seriam alvo da investida ideológica tanto de países capitalistas, liderados pelos EUA, quanto de economia socialista, liderado pela URSS. Esta configuração teve início após 1945, a partir da divisão dos países entre os de economia capitalista, chamados de Primeiro Mundo, e os do Segundo Mundo liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, abrindo um campo fértil para a discussão de doutrinas políticas, sociológicas e econômicas.

A partir de 1945, os países da Europa, que faziam parte do chamado Primeiro Mundo, iniciaram um processo de reconstrução de suas cidades e de seu parque industrial, que tinham sido arrasados pelos bombardeios e ataques sofridos durante o período de combate. Com a reconstrução destas cidades e a criação dos Ministérios de Reconstrução e Urbanismo, houve espaço para que algumas ideias e utopias acerca da

cinquenta a cento e cinquenta famílias, que resultaria em cerca de 1.000 habitantes) e paroquial (com até mil e quinhentas famílias). Da mesma forma, devemos lembrar o trabalho do economista francês Le Play, da segunda metade do século XIX, que trabalhou com a definição de escalões de análise partindo da estrutura familiar, a qual chamava de escala doméstica, definida por ele como o ponto inicial de qualquer pesquisa sobre condições de vida. e do geógrafo francês Pierre George que “propõe, no período do pós Segunda Guerra, uma divisão em cidades com mais de 100.000 habitantes, cidades de mais de 20.000 habitantes e cidades de cinco mil habitantes, tomando como base o padrão das aglomerações francesas.

¹² Pelletier, 1996, p. 123-124 (livre tradução dos autores).

¹³ A expressão “terceiro mundo” foi cunhada por Alfred Sauvy em artigo publicado em 1952 na revista “L’Observateur”

questão habitacional, da organização econômica e do urbanismo fossem discutidas. Já os países do Terceiro Mundo, que não haviam sofrido bombardeios durante a guerra, discutiam outras questões e problemas, como no caso do Brasil, que buscava soluções para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento, da industrialização, da modernização do Estado e da dependência econômica.

Neste período de reconstrução também se destacou a ascensão da carreira dos economistas, sendo que em 1944, os estudos da economia são “como parte da revolução keynesiana da reconstrução que se seguirá a este projeto”¹⁴.

Neste sentido, é perceptível a movimentação de organismos internacionais, sediados em países europeus, na tentativa de ampliar sua interlocução com os países localizados na América do Sul, na África e na Ásia. Pois, o Terceiro Mundo era visto como uma fronteira de expansão de suas ideias. Temos então a ascensão de um novo colonialismo, no qual os países europeus tentariam contrapor-se à investida ideológica e econômica promovida pelos EUA. Ao considerar este cenário de formação de consultorias internacionais que atuavam nos países subdesenvolvidos, Leme e Lamparelli¹⁵ observam que “na formação do urbanismo no Brasil, como disciplina e como campo profissional, constata-se a importante influência das concepções urbanísticas internacionais”.

Assim, o *Centre d'Économie et Humanisme* enxergou no Brasil e em demais países da América do Sul uma fronteira para difusão de seus métodos e de sua visão acerca das utopias comunitárias e do desenvolvimento harmônico. O organismo que havia sido criado para estudar as questões do desenvolvimento econômico e os problemas do desenvolvimento, numa visão crítica ao capitalismo e ao socialismo, aludindo à criação de uma Economia Humana, inserir-se-á junto ao meio católico, empresarial e intelectual destes países, chegando ao Brasil em 1947.

No Brasil, Le Bret visita a cidade de São Paulo em 1947, onde permanece por cerca de cinco meses e ministra um curso em nível de pós-graduação sobre a Economia Humana na Escola de Sociologia e Política – ELSP. Ao final do curso, ele funda a Sociedade para Análises Gráficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS, com o apoio de empresários paulistas e intelectuais ligados a Escola Politécnica da USP e a Sociologia e Política.

A fundação da SAGMACS ocorreu no ano em que Le Bret visitava pela primeira vez o Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Uruguai. Esta iniciativa colocou o Brasil na rota do grupo de *Économie et Humanisme* francês, instituindo-se a cooperação técnica entre o meio intelectual católico e o empresariado paulista e o vínculo do ideário lebreteano entre o Brasil e a França, mais precisamente entre os membros ligados a Le Bret em Lyon e a SAGMACS em São Paulo.

A partir de então a SAGMACS configurou-se como uma instituição de assistência técnica e contribuiu para o debate brasileiro acerca dos problemas do desenvolvimento, da dependência em relação aos países desenvolvidos e principalmente na modernização do Estado, através da participação de comissões governamentais e contratos firmados

¹⁴ Pelletier, 1996, p. 65 (livre tradução dos autores).

¹⁵ Leme e Lamparelli, 2001, p. 676).

para assessoria aos governos de Estado, durante os anos de 1950 e o início da década de 1960.

Neste artigo, destacamos a participação da SAGMACS em dois importantes trabalhos que visavam a modernização do Estado, de suas máquinas administrativas e do desenvolvimento das comunidades territoriais. O primeiro deles envolveu membros da equipe formada por Lebrecht no *staff* do governo paulista de Carvalho Pinto (1957-1961), num trabalho de organização administrativa, planejamento de governo e modernização do Estado, que ficou conhecido como “Plano de Ação de Governo do Estado” – PAGE. O segundo trabalho que destacamos, e será analisado na sequência deste artigo, constituiu-se em uma contratação do governo paranaense à equipe de Lebrecht no Brasil, no ano de 1963. O estudo desenvolvido durante o governo de Ney Braga (1962-1966) resultou numa proposta de diretrizes para o desenvolvimento do Paraná, que visava trabalhar a partir da visão das utopias comunitárias, numa reorganização física do Estado, respeitando-se as necessidades e as possibilidades de desenvolvimento de cada região e o fortalecimento da capital, Curitiba.

Dentro do contrato para a realização do “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, implementado por Ney Braga, nos anos 1960, a SAGMACS também atuou nos estudos sobre a Saúde Pública, o Serviço de Água e Esgoto do Paraná, as Comunidades Territoriais, que tratava do problema da terra no estado, e apresentou ainda um estudo para a reorganização do Serviço Público do Estado. Devido à complexidade do plano nos reportaremos ao estudo sobre as comunidades territoriais propostas pela equipe de Lebrecht, verificando os vínculos com as ideias iniciais do movimento francês, nos anos 1940, quando as utopias comunitárias figuravam e eram objeto de discussão junto ao *Économie et Humanisme* e avançaram aqui no Brasil para ideias vinculadas ao planejamento democrático, que visava conhecer a realidade e as demandas sociais da população na escala da comunidade para posterior transformação da sociedade.

O Planejamento Regional no Brasil nos anos 1950

Os anos 1950 podem ser entendidos como a década da crença no planejamento urbano e regional no Brasil. Esta crença seria definida por Feldman como a “convicção de que o controle público é possível [...] e que tornar eficiente a organização territorial é um caminho para superar as desigualdades regionais”¹⁶.

Conforme já exposto, da primeira visita de Lebrecht ao Brasil resultou a fundação da SAGMACS, que teve destacada atuação a partir dos anos 1950, coincidindo assim com o período de crença no planejamento urbano e regional no Brasil.

Durante o mesmo período de fundação da SAGMACS, foram criados o CEPEU – Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas, dirigido por Luiz Anhaia Mello como órgão vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (em 1955); o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (1952) e a Fundação Getúlio Vargas (1944), ambos no Rio de Janeiro, e o CEPUR – Centro de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional, criado pelo engenheiro Antônio Bezerra Baltar, dentro da Universidade do Recife (1955). Assim, conforme a autora, as administrações municipais

¹⁶ Feldman, 2009, p. 1.

estruturavam-se no intuito de introduzir-se no planejamento.

“Ao longo dos anos 1940 e 1950 órgãos nas administrações municipais começam a se estruturar nas capitais e nas cidades do interior na perspectiva de introduzir um processo de planejamento, planos diretores começam a ser elaborados por escritórios de arquitetura e por instituições de urbanismo que atuam no campo da assistência técnica”¹⁷.

Quanto à atuação da SAGMACS e sua inserção dentro do debate acerca do planejamento urbano e regional no Brasil, diferentemente das outras instituições fundadas a exemplo do CEPEU e CEPUR, Lebrecht não era oriundo da engenharia, da arquitetura e nem do urbanismo. Assim,

“A não vinculação da SAGMACS com o campo do urbanismo, o início de seus trabalhos no Brasil, se deu em decorrência da própria condição político-econômica do país, que, naquele momento, mostrava-se preocupado em garantir o desenvolvimento da indústria nacional, bem como manter-se menos dependente da importação de produtos industrializados”¹⁸.

“Ao longo da década de 1950, a SAGMACS consolidou um foco de atenção e de atração sobre elites políticas brasileiras. A instituição fez acordos políticos bastante diversificados: no Rio de Janeiro, a aliança foi forjada com o apoio de udenistas e católicas, tendo como figura central Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara; em São Paulo, recebeu apoio do governador Lucas Garcez, que tinha bases políticas no ademarismo e no trabalhismo, e do petebista Wladimir Toledo Pizza na prefeitura de São Paulo; em Belo Horizonte, recebeu apoio de Celso Melo Azevedo do Partido Democrata Cristão (PDC) e, depois, pelo trabalhista Amintas de Barros; em Recife, o principal articulador foi Miguel Arraes, no Partido Socialista Brasileira (PSB)”¹⁹.

Assim, “as pesquisas da SAGMACS se situam no ponto de encontro político entre o governo federal e os poderes regionais e se inscrevem na lógica geral do desenvolvimentismo e de intervenção dos poderes públicos na gestão econômica do país”²⁰. Diante desta possibilidade de articulação com os poderes locais e regionais e com o governo federal, a SAGMACS inseriu-se no campo do urbanismo e do planejamento urbano e regional a partir do trabalho junto à Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai – CIBPU, criada em 1951 por Vargas.

Em 1952 a SAGMACS foi contratada pelo governador paulista Lucas Nogueira Garcez para atuar junto ao Comitê Interestadual da Bacia Paraná Uruguai – CIBPU, instituição composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Sob a coordenação de Lebrecht foi realizado o estudo dos “Problemas de Desenvolvimento: Estudo das necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo”. Foi a partir deste trabalho que o desenvolvimento urbano e regional passou a figurar junto a equipe de Lebrecht, tendo resultado em novos contratos de trabalho, como para elaboração do “Plano Diretor para a cidade de Ourinhos”, realizado em 1954 e o estudo sobre os “Polos para o Desenvolvimento do Estado de Pernambuco”.

A partir da realização do estudo das “Necessidades e Possibilidades do estado de São Paulo”, a SAGMACS se inseriu no campo do planejamento regional no Brasil, pois, além de trabalhos semelhantes realizados para os estados do sul do país, sob contrato

¹⁷ Feldman, 2009, p. 4.

¹⁸ Cestaro, 2015, p. 191-192.

¹⁹ Oliveira, 2015, p. 347-348.

²⁰ Leme e Lamparelli, 2001, p. 680.

estabelecido com a CIBPU, Lebret engajou-se, no ano de 1954, em um estudo para o desenvolvimento da indústria do estado de Pernambuco, contratado pela CODEPE – Comissão de Desenvolvimento do Estado do Pernambuco, que contou com a parceria do engenheiro pernambucano Antonio Bezerra Baltar. Com sua consolidação junto ao campo do planejamento regional no Brasil, a equipe de Lebret passou a prestar serviços para órgãos estaduais e prefeituras e ganhou destaque na área do urbanismo após a apresentação do estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” (1957) e da “Estrutura Urbana de Belo Horizonte” (1960), abrindo frente para novos contratos.

O Ideário do Économie et Humanisme no Brasil através da SAGMACS

Conforme já demonstrado os planos do *Économie et Humanisme* eram ambiciosos e para serem alcançados precisariam extrapolar para além do território francês. Caberia assim ao padre Lebret a responsabilidade de introduzir o método do *Économie et Humanisme* nos demais países do mundo, incluindo o Brasil, que no pós-guerra discutia profundas transformações em sua matriz econômica, a tentativa de reformar e modernizar o Estado e buscava mecanismos para enfrentar os problemas das desigualdades regionais.

Sobre este interesse de Lebret e do *Économie et Humanisme* pelo Brasil, podemos apontar inicialmente para dois fatores, o primeiro seria a vinda de François Perroux para colaborar com a criação do curso de Economia na Universidade de São Paulo e o segundo, seria a difusão da obra “Geografia da Fome” do médico e geógrafo brasileiro Jousé de Castro²¹.

Um terceiro aspecto seria o decisivo para a fundação da SAGMACS no Brasil, permitido através da articulação entre o frei dominicano brasileiro Romeu Dale que intermediou o contato de Lebret com Cyro Berlink, diretor da Escola de Sociologia e Política. Através do convite da ELSP Lebret encontra no Brasil o espaço junto as Ciências Sociais, e ministra um curso em nível de pós-graduação em Economia Humana, com duração de quatro meses. Foi neste período que ele aproveitou para estreitar seus contatos no Brasil, bem como aperfeiçoar seu conhecimento sobre o terceiro mundo. Além dos padres dominicanos, Lebret se aproximou de importantes lideranças empresariais como Olívio Gomes e intelectuais, como os engenheiros Lucas Nogueira Garcez e Luiz Cintra do Prado, ambos da Escola Politécnica da USP e do Prof. Luiz Anhaia Mello, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Destacamos também sua aproximação com jovens com aspirações políticas como Wladimir Toledo Piza, André Franco Montoro, Carlos Alberto de Carvalho Pinto e Darcy Passos.

Para Albertini²², a visita de Lebret ao Brasil e aos demais países em vias de desenvolvimento, como o Senegal, o Vietnam, Libano, Colômbia e Chile, permitiu ao

²¹ Em 1947 Castro publicou o livro “Geografia da Fome”, resultado de seus estudos sobre fisiologia, antropologia e geografia no Brasil. Este trabalho teve grande repercussão no meio acadêmico intelectual nacional e também obteve reconhecimento fora do país, como obra de grande prestígio. Desta forma, a obra de Castro ficou conhecida também na França e aguçou a curiosidade de Lebret, estudioso das questões do desenvolvimento econômico, sobre o Brasil e o que mais tarde ficou conhecido como terceiro mundo.

²² Albertini, 2006, p. 20 (livre tradução dos autores),

dominicano francês uma “desenvolver uma concreta e dinâmica sistemática de desenvolvimento e ser uma das grandes vozes a perceber a urgência dos problemas dos países passando por projeto de desenvolvimento”.

Dessa forma, a SAGMACS surge como possibilidade do *Économie et Humanisme* implantar uma espécie de laboratório no terceiro mundo, para difundir e testar as ideias defendidas acerca do desenvolvimento harmônico, originalmente chamado por Lebret nos anos 1930, de utopias comunitárias²³.

A partir da contratação por Garcez em 1953 a SAGMACS realizou um plano de eletrificação do Estado de São Paulo, bem como apresentou o diagnóstico sobre os problemas de desenvolvimento econômico, que culminou com o estudo sobre as “Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades de desenvolvimento para o Estado de São Paulo”, trabalho realizado dentro do escopo de ação da CIBPU. Este trabalho foi coordenado por Lebret e pela primeira vez formou uma equipe ampla, com profissionais das áreas da economia, sociologia e arquitetura, abrindo espaço para o trabalho interdisciplinar dentro do grupo.

Contratado para coordenar o estudo, Lebret viajou e conheceu todo o território paulista, e verificou de perto as condições de vida da população e suas necessidades básicas, percebendo as mudanças em relação às condições que estava acostumado a verificar no primeiro mundo, mas também constatando a diversidade de paisagem, economia e meios culturais que marcavam as diferenças entre a capital paulista, que figurava como a principal sede da indústria no período, e as cidades do interior do estado.

O estudo contratado demandou dois anos de trabalho e foi um marco tanto na organização interna da equipe, quanto para o que era feito por equipes de assistências técnicas dentro do quadro do urbanismo e do planejamento regional no Brasil. Pois, Segundo Chiquito²⁴ representava “um esforço de compreensão e interpretação da realidade brasileira até então praticamente desconhecida pelo Estado”. Até então, a SAGMACS se projetava apenas através de alguns de seus membros, que se engajavam e atuavam em trabalhos técnicos e comissões especiais instituídas por organismos públicos.

A conclusão e entrega do trabalho para o governo de São Paulo e a CIBPU em 1954 insere Lebret e a SAGMACS também no campo do urbanismo, quando a equipe propõe uma nova distribuição regional do Estado, utilizando-se da implantação de polos de desenvolvimento regional, conceito que havia sido introduzido por François Perroux. Como o trabalho havia sido contratado através da CIBPU, que extrapolava os limites físico-territoriais do estado, a SAGMACS conseguiu, na sequência da realização deste

²³ Cestaro (2015) define três períodos de atuação da SAGMACS no Brasil, sendo o primeiro momento a fundação em 1947, em que a equipe esteve vinculada ao Jóquei Clube de São Paulo e atuou em estudos na área de sociologia e economia, prestando serviços à empresários, industriais e organizações de apoio ao desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo. A segunda fase iniciou-se em 1952 e foi o ponto de partida para o desenvolvimento no campo do urbanismo e do planejamento urbano e regional, iniciado através da contratação por Garcez para o Comitê Interestadual da Bacia Paraná Uruguai, que culminou com a realização do trabalho “Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”, apresentado em 1954. Esta fase se estende até o final desta década. A terceira e última fase inicia-se em 1960, quando a equipe altera o estatuto da SAGMACS a transformando numa cooperativa de técnicos.

²⁴ Chiquito, 2012, p.162.

trabalho, a contratação para desenvolver estudos semelhantes sobre os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estes trabalhos foram desenvolvidos pela SAGMACS entres os anos de 1955 e 1957 e empregaram a mesma metodologia utilizada no estudo para São Paulo. A publicação ocorreu em 1958, sob patrocínio da CIBPU, apontando para a implantação de polos de desenvolvimento regional.

A partir desta fase de atuação da equipe, a SAGMACS consolidou-se como uma instituição de urbanismo e assistência técnica no Brasil e estendeu seu prestígio para além do estado de São Paulo, alcançando contratações no Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Paraná. Nos anos 1960, quando o estatuto do órgão foi alterado e a equipe brasileira passou a contar com uma autonomia maior em relação a Lebre, a SAGMACS foi contratada pelo governador Ney Braga, para desenvolver o Plano de Desenvolvimento do Paraná. Este foi um dos últimos trabalhos realizados pela equipe e analisamos a sua proposta como exemplo de aplicação do desenvolvimento harmônico através da instituição das comunidades territoriais.

A SAGMACS e o Planejamento Regional em São Paulo e no Paraná

O período de atuação da SAGMACS se deu entre os anos de 1947 e 1964. Em quase vinte anos de atuação da equipe, alguns trabalhos se destacaram devido à complexidade e abrangência do objeto de estudo. Neste trabalho destacamos a elaboração do estudo dos “Problemas de Desenvolvimento: Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”, desenvolvido dentro das atividades da CIBPU, entre os anos de 1953 a 1955, e os trabalhos desenvolvidos com vias a modernização do Estado promoção do desenvolvimento harmônico a partir destas transformações, nos governos de Carvalho Pinto em São Paulo, 1959-1963 e de Ney Braga, no Paraná (1961-1964).

Com a eleição de Carlos Alberto Carvalho Pinto, em 1959, numa aliança que envolvia o Partido Democrata Cristão, a UDN, PTN, PR e o PSB, alguns membros da SAGMACS distanciaram-se da equipe para exercerem papel junto ao grupo de planejamento do governo estadual – o PAGE, coordenado pelo advogado e ex-presidente da Juventude Universitária Católica – JUC, Plínio de Arruda Sampaio.

Quanto à participação de membros da SAGMACS no PAGE, Lamparelli²⁵ expõe que “nos primeiros meses de 1959 [...] uma parte da equipe de São Paulo é deslocada para ser incorporada ao Grupo de Planejamento do Governador Carvalho Pinto, que iniciava sua gestão.” Numa comparação em relação aos trabalhos realizados até então pela SAGMACS, no âmbito do planejamento urbano e regional, o autor expõe que:

“Se a pesquisa de São Paulo foi um mergulho nos pouco conhecidos problemas urbanos, o Plano de Ação também foi um período de descoberta das questões de desenvolvimento do Estado e do aparelho e prática da sua administração, sob os princípios que devem comandar o desempenho de um verdadeiro *staff* da cúpula decisória, pois acreditávamos que planejamento deveria ser instrumento e prática de todos os setores e níveis. Aquela concepção mais globalizante de desenvolvimento integral, harmônico, partindo da população, vai, de repente, se diluir e se fracionar numa concepção de Estado que divide tudo em setores. Assim, os técnicos da SAGMACS que foram trabalhar no Plano de Ação acabam tendo que escolher um setor de atuação e uma especialidade”.

²⁵ Leme e Lamparelli, 2001, p. 685.

Apesar do destaque de Lamparelli sobre a visão estanque do Estado, Cordido *et al*²⁶ apontam que “o PAGE agrega um dos primeiros planejamentos orçamentários e, sobretudo, abrange e unifica vários setores da administração pública”.

A partir do engajamento de membros da SAGMACS junto ao PAGE as atividades do grupo se multiplicaram no final de 1962, “num crescendo de novas posições características, novos contratos e compromissos durante os anos de 1963 e 1964 até ser atingida pelos efeitos do golpe militar que iria inviabilizar sua continuidade”²⁷.

Apesar do incremento de contratos assumidos nos últimos anos de atuação da SAGMACS, conforme apontado por Lamparelli, nos anos de 1963 e 1964, também é importante mencionar que a experiência obtida pelos técnicos junto aos quadros do governo de Carvalho Pinto possibilitou uma nova agenda dentro do governo do Estado do Paraná. Com a eleição de Ney Braga, que assumiu o governo paranaense em 1961, a SAGMACS desenvolveu trabalhos para o Estado do Paraná, visando responder aos anseios da modernização da máquina administrativa daquele estado.

É importante entender que, apesar de se tratar de mais um trabalho para um órgão público, há diferenças entre os resultados alcançados pelo PAGE de Carvalho Pinto, em São Paulo, e os estudos apresentados pela SAGMACS ao governador Ney Braga, no Paraná.

Estas diferenças devem-se em parte ao fato de como os trabalhos foram desenvolvidos. Pois, enquanto o governo do Paraná contratou a SAGMACS para desenvolver estudos no âmbito de modernização da máquina administrativa, durante o governo de Carvalho Pinto, Lamparelli, Whitaker, Domingos Theodoro de Avezedo Neto e Mário Laranjeira de Mendonça afastaram-se da SAGMACS para ocupar posições dentro da equipe técnica do governo de São Paulo. Portanto, ainda que se verifique influência dos métodos da SAGMACS e das preocupações de Lebrecht quanto ao desenvolvimento harmônico no PAGE, o mesmo não consistiu num trabalho desenvolvido pela instituição, tendo apenas contado com membros que influenciaram em sua metodologia.

Porém, tanto no trabalho para o PAGE, quanto para o governo paranaense, é importante destacar que as ações culminaram com uma tentativa de estabelecer uma nova regionalização territorial do estado. Esta preocupação reforça o vínculo da SAGMACS com as ações voltadas ao planejamento urbano e regional.

“Para a “modernização” do Estado, o PAGE teve que fixar objetivos, estabelecer escalas de prioridades e prazos de execução, sendo que os pontos iniciais dessas metas advinham das análises dos programas estabelecidos pelas Secretarias, das projeções econômicas do Estado e das possibilidades financeiras de sua execução para o período de quatro anos”.

“Para aplicação dessas iniciativas em São Paulo, o PAGE considerou seus diferentes estágios de desenvolvimento como “disparidades regionais”. [...] Assim, para uma atuação mais “precisa”, foi elaborada uma nova divisão territorial do Estado, baseada na área de influência dos polos regionais de atração, cujos fatores eram demográficos, econômicos e sociais, e tinha a seguinte divisão, num total de onze regiões”²⁸.

²⁶ Cordido *et al*, 2009, p. 5.

²⁷ Leme e Lamparelli, 2001, p. 686.

²⁸ Cordido *et al*, 2009, p. 6-7.

O PAGE propunha dividir regionalmente o estado de São Paulo, conforme mapa a seguir (ver figura 1), em onze regiões, que se uniam em torno das seguintes cidades: 1a) a capital paulista e as cidades do ABC; 1b) Bragança Paulista, Guarujá, Itu, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Santos e São Vicente; 2) Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, São José dos Campos e Taubaté; 3) Americana, Araras, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista; 4) Araraquara, Franca, Jaboticabal e Ribeirão Preto; 5) Barretos, Catanduva e São José do Rio Preto; 6) Andradina, Araçatuba e Lins; 7) Assis, Presidente Prudente e Tupã; 8) Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú, Marília e Ourinhos; 9) Itapetininga, Sorocaba e Tatuí; 10) Registro.

Figura 1. Divisão Regional do Estado de São Paulo. Plano de Ação do Governo do Estado – PAGE



Fonte: São Paulo, 1959.

O Plano de Desenvolvimento do Paraná

Em 1963, quando o Plano de Desenvolvimento do Paraná foi apresentado ao Governo do Estado, a SAGMACS entregava às municipalidades os planos diretores de Barretos, Sorocaba, Belo Horizonte, além de outros projetos e estudos. A sua equipe contava com pouco mais de cem profissionais, divididos entre advogados, arquitetos, economistas, engenheiros, geógrafos e sociólogos. O grupo inicialmente coordenado por Le Bret havia crescido, ganhado notoriedade e reconhecimento junto aos órgãos públicos, estatais e empresas privadas, apresentando *know how* para responder às demandas pelo desenvolvimento econômico e o planejamento regional no Brasil.

Frente a este reconhecimento, o governador Ney Braga²⁹, recém eleito para governar o Paraná, contratou a SAGMACS para estruturar os elementos para o Plano de

²⁹ Ney Amintas de Barros Braga iniciou sua vida política no Partido Social Popular – PSP, tornando-se o primeiro prefeito eleito pelo voto direto na cidade de Curitiba, em 1953. Em 1958 elegeu-se deputado

Desenvolvimento do Paraná³⁰. Entre fevereiro e julho de 1963, a equipe prestou assessoria para elaboração de programas, que, segundo o Plano, deveria ser revisado periodicamente, visando adequação entre as ações do governo e da comunidade paranaense.

O Plano determina a criação de um órgão de execução propondo a criação das Secretarias de Mobilização Social e de Mobilização Econômica, tendo em vista que pretendia ser um “instrumento de modificação das estruturas” cuja revisão sistemática era imprescindível. Para elaboração dos seus elementos, o Plano³¹ determinou a “procura de uma nova estrutura de relações entre os indivíduos, os grupos e os quadros governamentais”. Visava-se, segundo a equipe da SAGMACS, a promoção do “desenvolvimento integral e harmônico”, tendo como diretriz a expressão consagrada de François Perroux “todo homem e todos os homens”. Fica-nos evidente, portanto, o forte vínculo com o conceito de desenvolvimento harmônico que o economista propôs. A análise técnica e científica presentes na metodologia do Plano volta-se para a compatibilização entre economia e desenvolvimento humano e social cuja abordagem parte dos escalões hierarquizados de análise.

Reconhecendo a desintegração do território, o Plano aponta para áreas que se apresentavam isoladas, do ponto de vista das funções econômicas e sociais, e tributárias de sistemas extra-estaduais, o que levava ao enfraquecimento da unidade política e administrativa. Para tanto, propõe a integração da estrutura territorial do Estado, determinando que se crie um sistema de polos ligados aos eixos de comunicações numa estrutura territorial hierarquizada.

O plano apresenta-se dividido em três partes: 1) Dimensões do Plano; 2) Diretrizes de Desenvolvimento; 3) Programas.

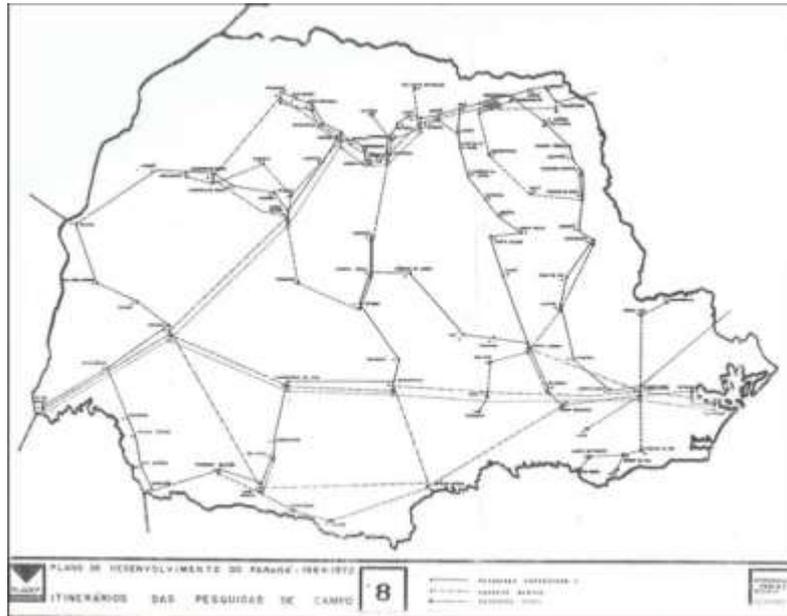
A primeira parte compõe-se da apresentação, das delimitações, dos objetivos, dos recursos para execução do Plano, abordando a realidade paranaense. Nos objetivos é possível observar que a preocupação recai sobre aspectos do atendimento básico da população. A ênfase da equipe incide recorrentemente sobre a participação consciente desta população no desenvolvimento do Estado e na implantação de programas, sempre relacionado ao sistema democrático de planejamento. A perspectiva democrática do Plano associa-se também ao método adotado para reconhecer a realidade paranaense, que se deu a partir de consulta de documentos existentes e por meio da pesquisa de campo (Figura 2).

federal pelo PSD – Partido Social Democrata e em 1960 candidatou-se ao governo do Estado, assumindo o cargo em 1961, onde permaneceu até 1964.

³⁰ A equipe técnica da SAGMACS formou-se pelos seguintes membros: Coordenadores (Antônio Amilcar de Oliveira Lima, Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira, Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreria e Frei Benevenuto de Santa Cruz) e Equipe Técnica (Antonio Carlos Bernardo, João Yunes, João Alfredo Alberti, João Carlos Seixas, Leodgar Jost, Lúcio Kowarick, Luiz Lorenzo Rivera, Maria Adélia de Souza, Miriam Vallias de Oliveira Lima, Pedro Calil Padis, Reynaldo Dias de Moraes e Silva, Saulo Vassimon e Vincenzo Bochicchio).

³¹ Paraná, 1963, s/p.

Figura 2. Itinerários das pesquisas de campo



Fonte: Paraná, 1963.

Foram realizadas 550 entrevistas e, segundo o Plano, representou os diversos níveis da população e os setores de atividade pública e privada. Na visão da equipe da SAGMACS “Deve ser salientado, de modo especial, que o próprio modo de apresentar os problemas à população a fim de colher sua opinião e seus desejos representou um primeiro passo para a democratização do planejamento, segundo a perspectiva adotada no presente plano”³².

A metodologia demonstra-nos que a premissa do desenvolvimento harmônico de Perroux e absorvida pela SAGMACS visavam entender a ordem humana, trabalhando na própria comunidade para entender a sua realidade.

O Plano de Desenvolvimento do Paraná é amplo e no que se refere à sua segunda parte, denominada de “Diretrizes de Desenvolvimento”, abordam a ordem social, econômica, territorial e a reformulação de quadros governamentais.

Não seria possível, dentro dos limites deste artigo, descrever e analisar todas as diretrizes incluídas no Plano. Todavia, verificamos que tanto as diretrizes quanto os programas relacionam-se diretamente aos escalões territoriais de planejamento, conforme a metodologia do *Économie et Humanisme*. O que significa dizer que, ao destacarmos determinados aspectos das Diretrizes de Desenvolvimento Territorial, entendemos como as escalas de comunidades estão presentes no Plano de Desenvolvimento do Paraná, de uma forma hierárquica e vinculadas às teorias das utopias comunitárias e ao desenvolvimento harmônico visando, assim, aproximar as ações do Estado e a organização dos serviços públicos de forma a atender diretamente as populações mais distantes, atuando a partir do fortalecimento da escala comunitária.

³² Paraná, 1963, p. 11.

A preocupação do Plano está em eliminar as condições sub-humanas de vida propondo o atendimento das necessidades básicas e das necessidades de superação. Tais objetivos deveriam ser coordenados com a dinâmica econômica, territorial e administrativa. Portanto, a reformulação administrativa com a criação de órgão governamental voltado para o atendimento dos diversos escalões territoriais é o elemento de articulação e de aproximação das diversas realidades encontradas no estado do Paraná.

Alguns dos temas que deveriam ser combatidos a partir do Plano relacionam-se com a necessária diversificação dos produtos agrícolas, concentrado pelo café³³, o comando econômico centralizado fora do Estado, a incipiente industrialização, o alto nível de renda e a predominância da população rural³⁴, o que denunciava a disparidade de distribuição de renda, tanto entre indivíduos quanto em regiões. Portanto, o fortalecimento econômico do Estado deveria ser promovido segundo duas grandes linhas: a diversificação da agricultura, mantendo-se os esforços ao café, além da extração da madeira e do mate, e a industrialização.

O desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico seriam alcançáveis a partir da dinâmica territorial que deveria possibilitar o acesso da população a diversos equipamentos em diferentes pontos do território, assegurando condições adequadas de localização habitacional, serviços entre outros. O desenvolvimento econômico deveria facilitar as trocas de bens e serviços, além de criar condições para atuação de unidades motrizes econômicas. Os polos complexos de desenvolvimento são os condicionantes para a industrialização e ao crescimento econômico geral. Para a equipe da SAGMACS, a experiência teórica e prática sobre o “problema do desenvolvimento” levam-lhe à formulação de princípios de organização do território.

“Assim, considera-se que o território socialmente ocupado comporta inúmeras funções exercidas a partir de unidades funcionais que atuam sobre determinadas áreas de influência através de fluxos de relações. O desempenho das funções referidas depende fundamentalmente de três fatores: do desenvolvimento da unidade ou polo funcional, da capacidade da área polarizada corresponder à função polar e do mecanismo de relações entre polo e área polarizada”³⁵.

Portanto, a partir das funções e de sua área de influência, determinou-se “escalões territoriais funcionalmente hierarquizados”. O primeiro desses escalões é a “região”, onde se definem as metas, os recursos globais e são representados os agentes e os clientes do plano. Além disso, devem-se organizar cada região de comunidades horizontais definidas por escalões sucessivos do território, responsáveis pelas tarefas de desenvolvimento, quais sejam: comunidade de sub-região, comunidade local de caráter rural ou urbano, comunidade supralocal.

O Plano define dois tipos de funções, as externas e as internas. As externas, de uma maneira geral, apontam para as relações econômicas para fora do Estado, como as exportações de produtos primários, implantação de indústrias, melhoria de estradas, criação de centro industrial, fazem parte da estratégia territorial, incluindo a função de centro metropolitano de Curitiba. As funções internas relacionam-se às atividades

³³ O café era o produto responsável por 30% da renda interna, cujo setor no qual se insere, o primário, obteve um crescimento da Renda Interna de 48,2% em 1947 para 63,5% em 1960 (Paraná, 1963).

³⁴ Na década de 1960, a população urbana do Paraná era de 1.310.969 e a rural contava com 2.952.752 pessoas, ou seja, 69,25% da população concentravam-se na zona rural.

³⁵ Paraná, 1963, p. 40-41.

ocorridas dentro do Estado, incluindo as industriais, agropecuárias e comerciais, subordinação à administração pública, serviços especializados indispensáveis à autossuficiência das atividades sociais e econômicas do Estado, além da criação ou fortalecimento dos centros de atividades e vida social acessíveis a todos.

Para que tais funções ampliem-se, colocam-se duas condições necessárias: a definição de áreas que possam se especializar em funções visando o interesse do conjunto, constituindo-se as Regiões de Planejamento, e a existência de um sistema de integração no Estado. Pois,

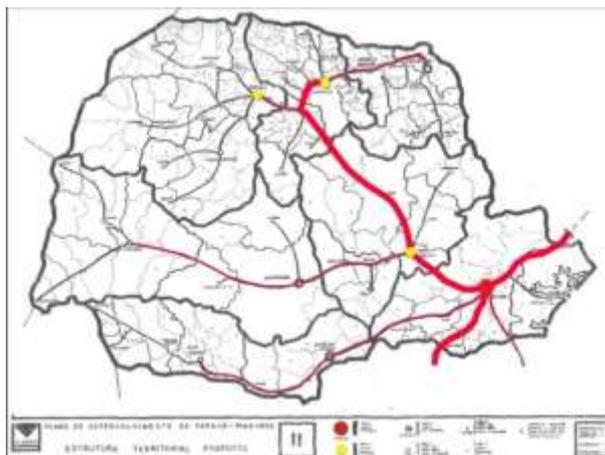
“As regiões em que se dividirá o Estado não representam apenas unidades territoriais administrativamente úteis para aplicação de um plano governamental. Elas significam, antes, unidades socioeconômicas complexas e integradas, capazes de manter uma dinâmica de desenvolvimento deliberadamente aceita e impulsionada pela própria população, dentro de um concerto de esforços comunitários semelhantes em todo o Estado. Portanto, as regiões definidas pelo Plano, embora se baseiem na unidade e dinamismo naturais do território, são essencialmente áreas de planejamento”³⁶.

Destacamos a aproximação do planejamento com o núcleo comunitário, ressaltando o importante papel que a população teria nas decisões políticas, por meio do planejamento democrático que se observa recorrentemente no Plano. As regiões de planejamento, além de criar atividades estratégicas, seriam “motrizes” do progresso econômico e do desenvolvimento social, com tarefas relacionadas às funções internas e externas que deverão desempenhar, atendendo ao duplo objetivo da estrutura territorial, a descentralização e a integração do Estado. As sete regiões de planejamento foram definidas segundo tais critérios e correspondentes às cidades polos, havendo a possibilidade de duas regiões subdividirem-se: 1) R-1 – Curitiba; 2) R-2 – Ponta Grossa; 3) R-3 – União da Vitória; 4) R-4 – Guarapuava; 5) R-5 – Jacarezinho; 6) R-6 – Londrina; 7) R-7- Maringá.

Um sistema unificado desses polos era a condição para a integração da estrutura territorial do Estado visando a sua autonomia e organicidade interna. Para tanto, deveriam ser ligados a eixos de comunicações que possibilitassem as trocas comerciais, as atrações sociais e as relações do comando administrativo, criando-se uma estrutura territorial unificada. A proposta de três eixos paralelos e de um eixo transversal possibilitariam o abastecimento entre regiões e fortalecimento da influência da capital. Os eixos Jacarezinho – Maringá, Ponta Grossa – Cascavel e Curitiba – Pato Branco seriam interligados pelo eixo Curitiba – Londrina (Figura 3).

³⁶ Paraná, 1963, p. 40-41.

Figura 3. Estrutura Territorial Proposta



Fonte: Paraná, 1963. Destaque para o polo regional, Curitiba, no círculo vermelho. Os círculos amarelos são os outros três polos, Ponta Grossa, Maringá e Londrina. Em vermelho, os eixos de integração.

As intervenções seriam de três ordens: 1) melhoria das ligações rodoviárias, priorizando as rodovias que ligam Curitiba a União da Vitória, Guarapuava e Apucarana e, posteriormente, Ponta Grossa a Jacarezinho; 2) Os polos regionais mais importantes, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Maringá, teriam seu desenvolvimento urbano planejado; 3) Implantação de equipamentos para orientar as funções de âmbito estadual primeiramente em Curitiba e, em seguida, em Londrina e Ponta Grossa.

Esta estruturação visava integrar os diversos escalões territoriais, numa estrutura hierárquica que atingiria a população por meio de programas diversos. Para tanto, propunha-se a atuação a distribuição de programas a partir dos escalões territoriais.

Os escalões territoriais

A análise dos escalões territoriais presentes no Plano revelam que a metodologia do *Économie et Humanisme* evidencia-se a partir da ordem comunitária e dos escalões de análise. Os escalões são: a comunidade local de caráter rural ou urbano, comunidade supralocal, a comunidade de sub-região e a região. Todavia, a ordem hierárquica estabelecida pelo plano partiu da região, e organizou pela comunidade de sub-região, em seguida a comunidade local de caráter rural ou urbano e, por fim, a comunidade supralocal.

Há dois documentos que tratam dos escalões territoriais: o que está demonstrado no Plano de Desenvolvimento do Paraná³⁷ e o documento que trata especialmente das Comunidades Territoriais do Paraná³⁸. Neste, observamos que há um estudo que nos parece ser antecedente ao plano e voltado exclusivamente para identificação das comunidades.

³⁷ Paraná, 1963a.

³⁸ Sagmacs, 1963.

A rede orgânica de comunidades territoriais compunha-se de sete regiões, dezesseis sub-regiões, cinquenta zonas supralocais e inúmeras comunidades locais³⁹. Neste estudo há o exame de cada escalão territorial partindo do mais elementar, evidenciando o seu conceito teórico, sua configuração concreta no Estado, o seu papel e os mecanismos necessários para sua organização e funcionamento para aplicação no Plano. Os limites deste artigo impossibilitam-nos de aprofundar em todos os conceitos. Portanto, partimos da abordagem do Plano para explicar a estratégia territorial presente nele.

Destacamos que a família aparece como o primeiro grupo comunitário no que admitimos ser a análise antecedente ao Plano, o que se aproxima com o metodologia do *Économie et Humanisme*. A vida familiar, ou seja, a “comunidade local” urbana ou rural assume importância para o planejamento porque “...representa o primeiro estágio da integração do indivíduo e da família nas comunidades mais amplas como a estadual e nacional”⁴⁰.

Todavia, excetuando-se a “região”, no documento do Plano, o primeiro tipo é a “comunidade de sub-região”, o segundo tipo refere-se à “comunidade local” rural ou urbana e o terceiro às “comunidades supra locais”.

Compreende-se a formulação do Plano a partir do entendimento das comunidades mais elementares, que são as comunidades locais rurais e urbanas, que se vinculariam às comunidades supra locais e estas às comunidades de sub-região para, então, relacionar-se com a região.

O primeiro tipo das comunidades de base territorial tratadas no Plano refere-se à “comunidade de sub-região” para cujo escalão territorial dirigem-se muitos dos programas e diretrizes do Plano e onde a população estaria presente e não mais representada, como na região. Por ser a “comunidade completa” deveria ter a totalidade dos equipamentos utilizados periodicamente pela população. Todavia, é nela que se encontram os problemas de execução e de onde partem os programas de desenvolvimento do sindicalismo, o cooperativismo e a organização de campanhas gerais de mobilização. Articular-se-ia ao âmbito regional, por meio da coordenação e orientação de unidades de prestação de serviços sociais, públicos ou privadas a serem submetidas a um conselho regional de mobilização social.

A partir da sub-região, é possível pesquisar, planejar e fazer as comunidades de menor âmbito territorial (locais e supralocais) e teria como tarefa a “...animação das comunidades locais mais estratégicas como efeito de demonstração...”⁴¹.

Como “agência especializada do Governo”⁴², atuaria na sub-região de quatro maneiras: a) auxiliando o processo de constituição e equipamentos de novas comunidades; b) informando órgãos estaduais, municipais e particulares para que prestigiem e utilizem as comunidades em suas atividades e campanhas; c) organizando o treinamento de membros da comunidade para o trabalho de animação locais, no que se referem às

³⁹ Sagmacs, 1963.

⁴⁰ Sagmacs, 1963, p. 6.

⁴¹ Paraná, 1963, p. 52.

⁴² Paraná, 1963, p. 52.

tarefas propostas pelo Plano; d) encaminhando o material técnico e os funcionários especializado do Estado para o trabalho de animação.

A “comunidade local” rural ou urbana é o segundo tipo das comunidades de base territorial, e deveriam ser organizadas a partir de alguns equipamentos de serviços. O seu desenvolvimento é considerado indispensável e as inúmeras intervenções do Plano só poderão ser efetuadas no quadro das relações de vizinhança, como os esforços de desenvolvimento da vida familiar e da vida social local. O Plano lista uma série de itens para os quais devem ser feitos programas, de hábitos alimentares e higiênicos à utilização da assistência e gestão de empreendimentos agrícolas no que se refere à vida familiar. Quanto à vida social local, os itens vão desde programas relativos às atividades esportivas à mobilização ocasional para execução de tarefas de interesse comum. “Serão as atividades deste último tipo, isto é, de caráter social, que possibilitarão a aglutinação do grupo, permitindo na etapa seguinte, condições mais sólidas de ação sobre a vida familiar”⁴³.

O terceiro tipo são as “comunidades supra locais” que se insere entre a sub-região e o escalão local, definido como um escalão territorial médio, compreendendo um município ou vários municípios. Um tipo de equipamento social mais completo que o do escalão local caracteriza a comunidade supra local, além dos equipamentos de atividades agrícolas, serviço de assistência técnica, armazéns e centros de compra de produção. Haveria um agente sub-regional encarregado da mobilização social que teria as seguintes atribuições: detectar as oportunidades de criação dos organismos correspondentes à comunidade supralocal, aproximá-los dos serviços governamentais capazes de auxiliá-lo e entrosá-lo na execução do Plano.

Portanto, verificamos, ao confrontar os dois documentos elaborados pela SAGMACS em 1963 que, num primeiro momento houve a pesquisa das comunidades a partir da mais elementar para a mais abrangente. Na estratégia territorial, o esforço foi de estabelecer vínculos de atuação entre as comunidades.

Considerações Finais

As ressonâncias do ideário das utopias comunitárias manifestam-se nas diretrizes dos trabalhos elaborados pela SAGMACS nas décadas de 1950 e 1960 para os estados do Paraná e São Paulo que visavam, por meio da criação de polos de desenvolvimento regionais, alcançar o desenvolvimento harmônico. Evidenciamos tal vinculação a partir da análise desses trabalhos produzidos em diferentes fases de atuação da SAGMACS no Brasil. O desenvolvimento harmônico está presente tanto no Plano de Desenvolvimento do Paraná, de 1963, quanto no estudo dos Problemas de Desenvolvimento: necessidades e possibilidades de desenvolvimento do estado de São Paulo, elaborado no ano de 1954. Ambos os trabalhos foram realizados a partir da contratação dos governos dos estados supracitados à equipe da SAGMACS. Também é notória a vinculação ao

⁴³ Paraná, 1963, p. 53.

desenvolvimento harmônico no relatório do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo que somente contou com apoio de técnicos da equipe de Lebret.

Entre o início do conceito das utopias comunitárias, manifestado no trabalho de Lebret em Saint Malo na Bretanha, nos anos 1930, e os estudos realizados no Brasil pela SAGMACS há significativas diferenças, tanto no período entre um e outro quanto nas realidades distintas que se refletiram nas condicionantes diversas. Também é importante apontar para as disparidades de escalas do território estudado, visto que o trabalho junto aos pescadores da Bretanha, onde Lebret atuava diretamente na célula comunitária, é muito menor do que numa pesquisa vinculada ao estudo das dinâmicas econômicas e sociais no planejamento regional de um estado no Brasil. Porém, apesar destas diferenças, assevera-se a essência do *Économie et Humanisme* e a tentativa de inserir a economia como um procedimento de análise científica e técnica para entender a ordem humana em suas disputas entre as necessidades dos indivíduos e dos grupos, a fim de se alcançar a compatibilização entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano e social.

A atuação da SAGMACS junto aos poderes públicos paulista e paranaense permitiu a aproximação do Estado das demandas sociais e populares, e resultou na proposta de uma nova organização física territorial. Esta organização possibilitaria aos governos estaduais alcançar de forma mais eficiente o atendimento da população, através do desenvolvimento de polos regionais descentralizados.

Estes polos de desenvolvimento manteriam, dessa forma, a ação no escalão de análise comunitário, que se configura como o primeiro nível de atendimento da população e *locus* de percepção dos problemas e do debate das possíveis soluções. Tal diretriz levou a SAGMACS a vincular-se ao planejamento democrático, chegando a recomendar no “Plano de Desenvolvimento do Paraná” a criação da Secretaria de Mobilização Social, estrutura administrativa que inseriria no aparelho do Estado o vínculo direto com as escalas comunitárias e com as demandas sociais.

Ainda que as ações empreendidas e defendidas pela SAGMACS não tenham sido totalmente consolidadas, é possível afirmar que nos governos de Carvalho Pinto, em São Paulo, e de Ney Braga, no Paraná, culminaram com a reformulação de toda a estrutura administrativa da máquina pública e tornaram-se marcos fundadores de uma nova prática político-administrativa. Aspectos estes que, a nosso ver, devem em parte à difusão do conceito de utopias comunitárias, apresentados por Lebret e Perroux, nos anos 1930, na França, tendo, de certo modo, alcançado realizações que avançaram em relação ao utopismo da não realização.

Bibliografia

ALBERTINI, Jean Marie. *L. J. Lebret*. In: Revista Oikonomia. Ano 5, núm. 2, 2006 [63-72]

BARDET, Gaston. *Problèmes d'Urbanisme*. Paris: Dunod, 1941.

BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. *Revista de Estudos Avançados*. [En línea].

São Paulo: mai-ago 2012, vol. 26, n° 75, <<http://www.dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200017>>. [05 de maio de 2015]. ISSN: 0103-4014.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contra ideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CESTARO, Lucas R. *A atuação de Lebrete e da SAGMACS no Brasil (1947-1964). Ideias, Planos e Contribuições*. Tese de Doutorado orientada por Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2015, 370p.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. Tese de Doutorado orientada por Sarah Feldman. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2012, 269p.

CORDIDO, Maria Tereza Leme de Barros, BUZZAR, Miguel e SIMONI, Lucia. *O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) em São Paulo: Moderação Política e Modernização*. In: Anais do XIII ENANPUR. Florianópolis: 2009.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, Paraná, 1947-1982*. Tese de doutorado orientada por Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2010, 636p.

CHOMEL, André. La periode 1930-1942: Des débuts du Mouvement de Saint-Malo à la fondation d'Économie et Humanisme. *Cahier Les Amis du père Lebrete*, mai 1981, n. 1, Paris.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *O paranismo atualizado: a Democracia Cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga*. Tese de Doutorado orientada por Maria Tarcisa da Silva Bega. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

FELDMAN, Sarah. Instituições de Urbanismo no Brasil: espaços de intermediação entre pensamento e prática. *Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador, 2002.

FELDMAN, Sarah. 1950: a década de crença no planejamento regional no Brasil. *Anais do XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis, 2009.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GEORGE, Pierre. *La Ville*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre (orgs.). *As utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinada*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LE PLAY, Pierre G. Frédéric. Les ouvriers européens: étude sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe. Rapport du Recherché Social. [s.l.], 1855.

LEBRET, Louis-Joseph. *La Cité: Projet d'un programme d'enquête et d'un programme d'action*. Uriage-les-Bains : École des Cadres d'Uriage, 1941.

LEBRET, Louis-Joseph. *Princípios para a ação*. São Paulo: Edição de Economia e Humanismo, 1950.

LEBRET, Louis-Joseph. *Économie et Civilization*. Paris: Ouvrières, 1958.

LEBRET, Louis-Joseph. *Drama del siglo: miséria, inconsciência, subdesarrollo, esperanza*. Buenos Aires: Nueva Civilizacion, 1960.

LEBRET, Louis-Joseph. *Dynamique concrète du développement*. Paris: Éditions Ouvrières, 1967.

LEME, Maria Cristina da Silva e LAMPARELLI, Celso Monteiro. *A politização do urbanismo no Brasil : a vertente católica*. In : Anais do IX ENANPUR. Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *A SAGMACS no Brasil e o planejamento urbano em Belo Horizonte (1958-1962)*. In : Revista História e Cultura. Vol. 4, n. 1. Franca, SP : mar., 2015 [338-360]

MANSUR, Denise Cristina. *O planejamento e a regionalização da administração direta do estado do Paraná como aporte às ações e à política de desenvolvimento econômico*. Dissertação de mestrado orientada por Fábio Doria Scatolin. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008, 106 p.

PARANÁ (Governo do Estado). *Plano de Desenvolvimento do Paraná*. Documento preliminar elaborado pela SAGMACS. Curitiba: CODEPAR e PLADEP, 1963.

PELLETIER, Denis. *Économie et Humanisme: De l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde (1941-1966)*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1996.

PERROUX, François. *Présence du Lebrét*. Tiers Monde, 1966, tome 7, n° 27. P. 457-460.

PERROUX, François, FRIEDMANN, Jonh e TINGERGEN, Jan. *A planificação e os polos de desenvolvimento*. Porto: Rés, 1975.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação sócio espacial na Região Metropolitana de Maringá*. Tese de doutorado orientada por Lúcia Bógus. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004, 258p.

SAGMACS. *Problemas de desenvolvimento, necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*. São Paulo: Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai/SAGMACS, 1955.

SAGMACS. *Comunidades Territoriais do Paraná*. Plano de Desenvolvimento do Paraná, Economia e Humanismo, 1963.

SÃO PAULO (Governo do Estado). *Plano de Ação do Governo do Estado (1959-1963)*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1959.